

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**A participação da Bolívia no contexto da Guerra Grande
(1865 – 1868)**

Leonam Lauro Nunes da Silva*

Resumo: Tratar das relações desenvolvidas entre os beligerantes Brasil e Paraguai com um vizinho comum de fronteira, a Bolívia, durante o maior conflito armado já ocorrido no continente, é o objetivo do artigo. A análise recai sobre o período em que Corumbá ficou ocupada por tropas do presidente paraguaio Francisco Solano López, entre os anos de 1865 e 1868, e as relações mantidas com a Bolívia no tocante à diplomacia, bem como a interação comercial entre as populações na região de fronteira.

Palavras-chave: América do Sul – Fronteiras - Guerra.

Abstract: To deal of the relations developed between the belligerents Brazil and Paraguay with a common neighbor of border, Bolivia, during the biggest occurred armed conflict already in the continent, is the objective of the article. The analysis falls again on the period where Corumbá was busy for troops of Paraguayan president Francisco Solano López, it enters the years of 1865 and 1868, and the relations kept with Bolivia in regards to the diplomacy, as well as the commercial interaction enters the populations in the border region.

Key words: South America – Borders – War.

A historiografia a respeito da “Guerra Grande” (designação essa que tem por intuito ressaltar a dimensão do conflito, sem precedentes em solo sul – americano) abre perspectivas para análise de novos temas referentes ao conflito que durou de 1864 a 1870. Embora o presente artigo trate da conjuntura política que norteou as relações desenvolvidas entre o Império brasileiro com as repúblicas paraguaia e boliviana, há nele um recorte espacial e temporal específico, que visa uma análise sobre o período em que Corumbá ficou ocupada por tropas do presidente Solano López, entre os anos de 1865 e 1868. A interação comercial, as ações diplomáticas e as suas conseqüências para o transcurso do conflito formam o cerne do trabalho. O papel desempenhado pela Bolívia no contexto da guerra, seus interesses fronteiriços, o comércio que desenvolvia com os países beligerantes, mais precisamente Brasil e Paraguai, merecerão atenção especial.

Normalmente, já há uma intensa complexidade no estudo das relações que envolvem a fronteira, com uma gama de aspectos a serem explorados; somado a esse quadro, o evento belicoso torna a temática ainda mais instigante, e então podemos indagar: Como a

* Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato-Grosso.

guerra é capaz de modificar as estruturas sociais, mesmo que num curto espaço de tempo, como fora o caso da ocupação paraguaia em Corumbá? Ao estarem inseridos dentro de uma nova conjuntura, os atores tendem a revelar desejos latentes, adormecidos diante da necessidade de convivência com o “outro”, vizinho de fronteira. A Guerra, portanto, quando associada à fronteira pode ser encarada como fator que abre janelas para o diálogo, numa ação dialética entre o poder da força e o poder do verbo.

A guerra transforma aqueles que a vivenciam, arruinando a uns e favorecendo a outros. No que tange ao aspecto econômico, por exemplo, nos conduz a refletir sobre certa categoria de indivíduos para quem a guerra pode ser um atrativo negócio, quase uma loteria. Situação referendada através dos estudos sobre a interação entre bolivianos, paraguaios e brasileiros durante o embate bélico travado em solo sul-americano.

O trabalho empreendido passa necessariamente pelo âmbito das relações internacionais e propõe uma reflexão sobre especificidades da interação mantida em zonas de fronteira, em regiões normalmente distantes dos centros de decisões político-administrativas dos Estados-nações. Trata-se de uma discussão contemporânea, mas que pode ser percebida ao longo de todo o percurso histórico.

De acordo com correspondências oficiais trocadas entre autoridades militares e civis dos países envolvidos, os bolivianos sempre estiveram muito atentos aos acontecimentos, interessados nos rumos tomados pelo conflito. Afinal, estavam inseridos no episódio os países com maior poderio político e econômico do continente: Brasil e Argentina. A Bolívia, por sua localização geográfica, vizinha de fronteira tanto de Brasil quanto de Paraguai, não ficou imune aos efeitos de tão prolongada guerra.

Aqui, cabe uma explicação mais pormenorizada com a finalidade de esclarecer o conceito de *fronteira* que pretende dar respaldo à argumentação. O enfoque que será dado à fronteira terá como premissa entendê-la enquanto área de contato, zona de transição, onde ocorrem relações sociais, econômicas, políticas e culturais entre populações de países limítrofes. O trabalho, embora faça uso da definição geopolítica como referência, compreende as relações desenvolvidas entre brasileiros, paraguaios e bolivianos como resultantes de um percurso histórico pautado pelo intercâmbio constante na região analisada.

Quando associada à guerra, a fronteira é entendida como uma linha que divide, separa grupos, sociedades e domínios político-administrativos. É tomada como limite, isto é, fim do espaço por onde podemos transitar e sobre o qual temos domínio. Define a posse de um território, processo que subentende, muitas vezes, disputas e lutas armadas para conquistá-lo. Porém, a fronteira também pode ser compreendida como elemento de aproximação, de

integração entre sociedades. Ela propicia contatos espontâneos e naturais, responsáveis pelo surgimento de interesses sócio-econômicos e culturais comuns. Nesse sentido, em oposição à idéia de desintegração, ela pode ser percebida como uma zona de intercâmbios econômicos e de integração humana que se superpõe às determinações dos estatutos políticos de soberania de um Estado sobre um território. Toda fronteira tem sua história, e nesta podem estar presentes episódios de disputa e de aproximação.

A presença paraguaia na província de Mato-Grosso acabou proporcionando um estreitamento das relações com os bolivianos, passando a discutir formas de viabilizar negócios a partir da cidade invadida de Corumbá. O governo da Bolívia via a guerra entre Brasil e Paraguai oportunizar um diálogo que pudesse satisfazer seu país quanto a questões envolvendo a fronteira com seus vizinhos. Eram motivos do pleito boliviano faixas de terra incorporadas por Brasil e

Paraguai – as discussões sobre fronteiras constituíram-se em matéria recorrente durante todo o século XIX, levando a diplomacia brasileira a atuar intensamente.

À época de o embate militar entre forças brasileiras, argentinas e uruguaias contra os paraguaios, a Bolívia vivia um estado de efervescência política. Havia assumido o poder por intermédio de um golpe o General Mariano Melgarejo, que priorizou a pacificação do território, debelando uma série de revoltas. As insurreições em território boliviano vinham em grande medida do departamento de Santa Cruz de la Sierra, cuja intenção era protestar contra a política implementada por La Paz, contrária aos interesses locais. Somente após a pacificação, pôde Melgarejo dar uma atenção maior aos acontecimentos da política externa; leia-se guerra. A relação do Estado boliviano com os países beligerantes ganha destaque a partir desse ponto, uma vez que é possível compreender a posição adotada pelos mandatários daquela república. A dimensão dos negócios realizados entre o exército paraguaio situado em Corumbá e as populações da porção oriental boliviana também se clarifica.

Em 4 de janeiro de 1865, forças paraguaias comandadas pelo Coronel Vicente Barrios, compostas por um efetivo de sete mil e quinhentos homens, pelas vias terrestre e fluvial, invadem a província de Mato-Grosso e tomam o porto da cidade de Corumbá, população situada à margem direita do Rio Paraguai; o forte Coimbra também é ocupado.

Já fixados em território mato-grossense, Barrios despacha uma comissão de doze pessoas sob o comando do francês Domingo Pomiés, para explorar um caminho que conduziria até o povoado boliviano de “Santo Corazón”, situado ao noroeste. Coberta de êxito, a expedição se estende até a cidade de Santa Cruz de la Sierra, e depois retorna a Corumbá. Começam os entendimentos entre autoridades bolivianas e paraguaias.

Em janeiro de 1866, os paraguaios explicitaram o desejo de abrir uma comunicação de pequena escala entre a República do Paraguai e a Bolívia (Nota do Periódico “Semanário”, Assunção, Paraguai, em fevereiro de 1867). Os jornais do Paraguai à época divulgaram as tratativas entre os oficiais que dominavam o ponto militar de Corumbá e os comerciantes bolivianos.

Depois de algumas expedições com o intuito de reconhecer o terreno e examinar possibilidades, iniciaram-se as obras visando abrir o caminho entre Corumbá e Santo Corazón. Em julho de 1866 o comando paraguaio foi informado sobre o término da empreitada.

Santo Corazón constituía-se assim num provedor de gêneros alimentícios para as tropas paraguaias estabelecidas em Corumbá. Além disso, o exército paraguaio organizava constantes incursões pelo território boliviano em exercícios militares, que abarcavam também a busca por folhas de coca. Estas eram destinadas aos hospitais de sangue, com o propósito de proporcionar alívio aos feridos nas batalhas. No entanto, a povoação era pobre e os recursos escassos. Assim, começaram a considerar a conveniência de abrir uma nova rota, ligando diretamente Corumbá a Santiago de Chiquitos. O projeto, que não saiu do papel, foi saudado de forma entusiástica pelos bolivianos que acreditavam auferir grandes lucros e melhoras incalculáveis na sua economia.

Enquanto isso, pelo caminho de Santo Corazón se dava um incipiente movimento mercantil, em momentos em que o Paraguai suportava um severo bloqueio e muitas necessidades. Pelo caminho chegavam também exilados políticos bolivianos, contrários ao governo do General Mariano Melgarejo e naturais do departamento de Santa Cruz de La Sierra, muitos dos quais empresários, que de Corumbá rumavam para Assunção; todos simpáticos à causa paraguaia (CRB, I – 30, 17, 55).

Os bolivianos entendem que podem aproveitar o ensejo do conflito para firmar “tratados de limites” com seus vizinhos sul-americanos¹. Suas expectativas foram frustradas de maneira definitiva com o Tratado da Tríplice Aliança, assinado por Brasil, Argentina e Uruguai em 1º de maio de 1865 e cujo conhecimento se deu apenas em meados de 1866.

A Bolívia, preocupada com o teor do tratado, especialmente quanto ao disposto no artigo 16 do mesmo, protestou de forma veemente, invocando seus pretensos direitos. O texto dispunha sobre os limites territoriais a serem estabelecidos entre o Paraguai e a Argentina, regulando a fronteira do Rio Paraguai até a Bahia Negra, área também reivindicada pela Bolívia.

¹ GÓES, Synésio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas*. As questões envolvendo os limites entre o Brasil e seus vizinhos de fronteira remontam o período colonial, quando dos tratados assinados entre Portugal e Espanha.

Art. 16º Para evitar as dissensões e guerras que trazem consigo as questões de limite fica estabelecido que os aliados exigirão do governo do Paraguai que celebre com os respectivos governos tratados definitivos de limites sob as seguintes bases: O Império do Brasil se dividirá da República do Paraguai: Do lado do Paraná, pelo primeiro rio abaixo do salto das Sete Quedas, que, segundo a recente carta de Mouchez, é o Igurei, e da foz do Igurei e por ele acima a procurar as suas nascentes; Do lado da margem esquerda do Paraguai, pelo rio Apa, desde a foz até às suas nascentes; No interior, pelo cume da serra de Maracaju, sendo as vertentes de leste e do Brasil e a oeste do Paraguai e tirando se da mesma serra linhas as mais retas em direção às nascentes do Apa e do Igurei. A República Argentina será dividida do Paraguai pelos rios Paraná e Paraguai, a encontrar os limites com o Império do Brasil, sendo estes do lado da margem direita do rio Paraguai e Baía Negra. (http://www2.uol.com.br/linguaportuguesa/valeoescrito/ve_triplicealinca.htm. Acesso em 21/09/2006, 20h30min).

Como não surtiu efeito os protestos e a atuação da diplomacia boliviana perante os países que assinaram o tratado, iniciaram-se conversações, agora oficiais, entre os dois chefes de Estado de Bolívia e Paraguai com o propósito de firmar uma aliança, conforme nota supostamente dirigida ao Presidente Marechal Francisco Solano López pelo Presidente General boliviano Mariano Melgarejo. A proposta falava em por a disposição de Lopes uma coluna de doze mil homens a fim de “acudir presuroso e compartir al lado suyo las fatigas del soldado”².

O tráfico comercial, em princípio tímido, se robustecia. Em fevereiro de 1867, o governo Paraguaio dispôs um decreto facilitando as negociações mercantis com a Bolívia a fim de ter um retorno desse comércio³. Pelo mesmo decreto, permitia-se a circulação de moeda através de Corumbá exonerada do pagamento de tributos para exportação de mercadorias paraguaias com destino à Bolívia.

O tráfico entre Paraguai e Bolívia foi interrompido brevemente em junho de 1867 devido às ações militares realizadas pelas forças brasileiras que almejavam libertar Corumbá dos paraguaios. Uma das expedições logrou especial êxito, conseguindo retirar da cidade famílias brasileiras prisioneiras desde 1865. Foi comandada pelo oficial Antonio Maria Coelho. Impossibilitados de manter a posição, os Brasileiros se retiraram e Corumbá voltou a ser ocupada pelos paraguaios. Os negócios foram retomados com alguma consideração, com grande circulação de negociantes e especuladores, que se falavam no caminho trazendo notícias – rumores na Província de Mato-Grosso diziam sobre os serviços de espionagem prestados por bolivianos em favor tanto de paraguaios quanto de brasileiros - e mercadorias de todo gênero.

² CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. Memórias e Reminiscências Históricas sobre a Guerra do Paraguai, 2 (Asunción, 1987) pp. 289-290.

³ Muñoz ao Ministro de Relações Exteriores do Paraguai, Berges, La Paz, 7/05/1867. ANA, CRB, I-30, 9,13 (Cat.4395).

As manifestações efusivas do presidente boliviano e o seu patente descontentamento motivam Brasil, Argentina e Uruguai a lançarem mão de missões diplomáticas com o intuito de arrefecer os ânimos exaltados dos bolivianos. O Brasil, representado pelo Ministro plenipotenciário Octaviano de Almeida Rosa, envia uma delegação até La Paz. Regozijada de êxito, a missão brasileira voltou com o Tratado de Limites, Comércio e Navegação assinado com o governo boliviano, em 1867.

Os paraguaios receberam com surpresa as notícias que revelavam os acordos fechados entre bolivianos e brasileiros. Principalmente, quando relatos davam conta sobre a forma pouco usual como fora recebida a delegação brasileira, com muita pompa. Boatos diziam sobre um “derrame” de dinheiro imperial na Bolívia com a finalidade de adormecer a opinião pública daquele país – amplamente favorável à causa paraguaia - e que o governo de Melgarejo não movia um passo em favor dos interesses do Paraguai.

Diante desse fato, o Presidente Solano Lopes refutou qualquer tipo de ajuda “piedosa” dos países do Pacífico, dizendo que não necessitava mendigar consideração, e que seriam vitoriosos por si mesmos (SCAVONE: 2004).

Com a evolução da guerra, o Paraguai foi obrigado a desocupar definitivamente Corumbá em abril de 1868, interrompendo o intercâmbio com as populações do oriente da Bolívia (SCAVONE, 2004: 91). Nesse tempo, Lopes acusara várias autoridades paraguaias e estrangeiras residentes em Assunção de conspirarem contra seu governo, o que originou os célebres processos de 1868, quando foram executados muitos militares e civis, dentre os quais vários cidadãos bolivianos.

Com a desconfiança grassando de parte a parte e com a desocupação de Corumbá, onde morreram vários daqueles que impulsionaram o comércio pelo caminho “paraguaio-boliviano”, o tráfico comercial se interrompeu

Em síntese, durante o período em que durou o relacionamento, alguns acordos alinhavados foram concretizados e outros não. Ações inerentes ao jogo político eram ditadas conforme a disposição das peças no “tabuleiro” de interesses e conveniências. Os “jogadores”, instáveis, mudavam de postura de acordo com os rumos dos acontecimentos no front de batalha. Nesse intrincado enredo, o caminho aberto entre Corumbá e Santo Corazón acabou protagonizando durante aproximadamente três anos não só o comércio entre as populações do oriente boliviano e o contingente militar paraguaio estacionado na localidade portuária, como também a circulação de idéias, numa interação só possível a partir da deflagração da guerra.

No que diz respeito ao aspecto militar, foram atendidas as necessidades paraguaias quanto ao abastecimento do exército, uma vez que o mesmo sofria com a falta de víveres,

vitais para o prosseguimento da guerra. As relações possibilitaram aos comandados de Francisco Solano López conservar domínio sob o território invadido, na então província de Mato-Grosso, ao mesmo tempo em que mantinham aberta a comunicação com Assunção.

O artigo foi concebido tendo em mente a nossa realidade, na qual se percebe uma necessidade cada vez maior de aproximação com nossos vizinhos. Aproximação esta, que deve ser alinhavada pela produção cultural, fomentando o desejo pelo conhecimento do “outro”, numa relação baseada na alteridade. Estabelecer-se-ia, assim, um elo resistente, capaz de dar mais solidez às relações comerciais desenvolvidas entre os consortes sul-americanos. No âmbito das relações formais entre os Estados, o viés inter-regional da fronteira ganha especial ênfase, pois é onde se vislumbram os contatos capazes de mobilizar de forma efetiva a tão propalada “integração”.

Dessa forma, creio que o trabalho cumpre seu papel ao propor um novo objeto para a reflexão, revelando que a Bolívia não fora uma mera espectadora de o embate militar. Ao contrário, suas ações não só repercutiram ao longo do conflito como ajudaram a compor um quadro sob o qual se debruçam agentes contemporâneos em discussões acerca da interação entre os países.

Referências bibliográficas:

BETHEL, Leslie. **A Guerra do Paraguai: História e historiografia**. Organização de Maria Eduarda de Castro Magalhães Marques – Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. 341p.

CORVISIER, André. **A Guerra: ensaios históricos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1999.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo, Hucitec/Ed. da Unicamp, 1996.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

GANSTER, P. et alli. (Eds). **Border and Border Regions in Europe and North America**. 1997.

GÓES FILHO, Synésio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas**. Martins Fontes: 1999, São Paulo.

LESSA, Antonio Carlos. **História das relações internacionais: a Pax Britânica e o mundo do século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MACHADO, Lia. O. **Limites, Fronteiras e Redes**. Em T.M.Strohaecker e outros. *Fronteiras e Espaço Global*, Porto Alegre: p.41-49, 1998.

MAGNOLI, Demétrio (organizador). **História das Guerras**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MELLO, Serafim Carvalho. **Mato Grosso no Centro Oeste Sul – Americano**. Cuiabá: UFMT, 2005.

MOTA MENEZES, Alfredo de. **Guerra do Paraguai. Como construímos o conflito**. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto. **Estrada Móvel, Fronteiras Incertas: Os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926)**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

PELLEGRINI, Domingos. **Questão de Honra**. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

REICHEL, Heloisa Jochims e GUTFREIND, Ieda. **Fronteiras e Guerra no Prata**. São Paulo: Atual, 1995.

RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introduction à l'histoire des relations internationales**; Paris: Librairie Armand Colin, 1964, Introdução, p. 1

RIBEIRO, Francisco Agostinho. **Traços Bibliográficos do General de Divisão Antonio Maria Coelho**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico, 2002.

SCAVONE YEGROS, Ricardo. **Las Relaciones entre el Paraguay y Bolivia en siglo XIX**. Asunción: Servilibro, 2004.

SILVA, Alberto da Costa. **Da Guerra ao Mercosul**. Organização de Maria Eduarda de Castro Magalhães Marques – Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

